



É importante seguir lutando!

Análise de Conjuntura dos plantonistas

Desde o golpe em 2016, quando a direita chegou novamente ao poder no nosso país, a classe trabalhadora e o povo pobre brasileiro sofreram sérios ataques aos seus direitos: Reforma Trabalhista, terceirizações, privatizações. O serviço público sofreu o maior ataque da nossa história com a Emenda Constitucional nº 95/2016 (EC 95). Sua aplicação impõe o desmonte do Estado que atende as necessidades mais sentidas da nossa população. Não existe possibilidade de manter qualquer serviço público com a aplicação da EC 95.

Neste cenário, as lutas de resistência da classe trabalhadora contra o governo golpista devem ser bastante divulgadas para potencializar conquistas e animar as mobilizações dos trabalhadores. Logo, não deixar aprovar a Reforma da Previdência (PEC 287/2016), mesmo que temporariamente, pois o governo pode colocá-la em votação a qualquer momento, foi uma importante vitória da luta da nossa classe.

Na semana passada (9 a 13/07), em uma Jornada de Lutas convocada pelo Fonasefe e pela Frente Nacional Escola Sem Mordaca, tivemos uma importante vitória. Centenas de militantes sindicais, representando várias categorias de trabalhadores, fizeram uma blitz no Congresso Nacional e conseguiram retirar do Projeto de Lei de Diretrizes

Orçamentárias (PLDO) o artigo 92-A, que afirmava: “Fica vedada a aprovação de Projeto de Lei e a edição de Medida Provisória relativos à concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, à criação de cargos, empregos e funções ou alteração nas estruturas de carreiras nos órgãos e entidades direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, ainda com efeitos financeiros posteriores a 2019.”

Nessa mesma Jornada, a Frente Escola Sem Mordaca esteve na Comissão Especial da Câmara Federal que debate o PL do Escola Sem Partido (7180/2014) e conseguiu que os parlamentares não votassem o PL, que podia ser aprovado caso isso ocorresse. Ao mesmo tempo, a Frente desenvolveu ações para impedir um golpe regimental que permitiria a ida direta desse famigerado PL da Comissão ao Senado, não passando pelo plenário da Câmara.

Essas pequenas vitórias comprovam como é importante lutar, pois elas foram construídas na ação direta dos militantes sindicais. Temos que envolver ainda mais companheiros nestas lutas! A responsabilidade de defender os serviços públicos é de todos nós!

O Fonasefe está construindo para os dias 24, 25 e 26 de agosto, em Brasília-DF, um Seminário Nacional em Defesa

do Serviço Público. O objetivo é reunir os servidores públicos municipais, estaduais e federais, pois a EC 95 ataca todas as esferas do serviço público.

Não lutar agora de forma unificada pode ter um custo muito alto para nós, servidores públicos, pois a EC 95 impõe o desmantelamento do Estado e dos serviços que ele oferta. Na base do SINASEFE, isto significa que a curto prazo poderemos assistir os fechamentos de campi e reduções brutais dos atendimentos dos nossos serviços de educação, saúde e assistência social. Inclusive com possibilidades de demissões!

Chamamos nossas seções sindicais à defesa da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica! Para tanto, rodadas de assembleias devem ser realizadas para discutir a adesão ao Dia Nacional de Mobilização e Paralisações da classe trabalhadora, convocado pelas centrais sindicais para 10 de agosto; bem como a participação no Seminário Nacional em Defesa do Serviço Público, a ser realizado de 24 a 26 de agosto.

Neste momento de muitas dificuldades, o SINASEFE, o Fonasefe e as centrais sindicais apontam uma agenda de lutas, apostando na unidade da classe trabalhadora como principal instrumento para derrotar os inimigos da educação pública!



Escola Sem Partido e a conjuntura de retrocessos

A discussão sobre a mordaca que os setores conservadores querem impor aos educadores voltou à tona na semana passada. O relator da Comissão Especial que trata do tema na Câmara dos Deputados apresentou seu parecer no qual sutilmente dá continuidade à perseguição aos docentes que discutem temas artísticos, culturais, científicos e políticos inerentes ao mundo moderno.

Essa turma da direita que quer impor o seu pensamento retrógrado, elitista, antipopular e preconceituoso está agindo violentamente em várias regiões do país. No momento atual, em que a burguesia reacionária ganhou força na arena política eleitoral, a disputa pelos

corações e mentes dos trabalhadores é estratégica. Por isso o movimento Escola Sem Partido está agindo em vários campos, entre eles o Poder Legislativo, atuando no Congresso Nacional e também nas câmaras de vereadores municipais e assembleias legislativas estaduais.

Para contrapor esse processo, nós, trabalhadores da educação, precisamos retomar a defesa da liberdade de ensino e, principalmente, a atitude questionadora dos princípios que regem o pensamento conservador. Quais sejam: o conhecimento como perversão ao ser, a escolha individual subordinada à família e a propriedade privada como fundamento do pensamento moderno. Ora, tais pedras fundamentais que orientam os militantes do Escola Sem Partido são dogmas da Idade Média, de setores fundamentalistas religiosos e empresários interessados em destruir a escola pública.

No cotidiano da vida escolar podemos demonstrar como a liberdade de ensino e os debates sobre os temas mais interessantes para a comunidade acadêmica são as grandes polêmicas que definem a história, ou seja, não é pensável uma instituição educacional que não debate abertamente a política, o gênero, a auto-organização dos estudantes etc. Um novo iluminismo precisa nascer, e deverá nascer sob a direção do interesse dos trabalhadores.

Nesse sentido, o SINASEFE está retomando a construção da Frente Nacional Escola Sem Mordaca. Orientamos que as seções sindicais busquem os materiais disponíveis no site da Frente (www.escolasemmordaca.org.br) e planejem reuniões e seminários para resistir a mais esse golpe contra o direito fundamental do ser humano de conhecer o mundo pela educação gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada.

Os ataques continuam: portaria 193 (remoção "irrecusável"), data-base e direito de greve ameaçado

Enquanto a Copa do Mundo rolava na Rússia, por aqui o governo golpista continuava sua jornada de ataques aos nossos direitos. A portaria nº 193/2018, editada pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG) em 3 de julho, sob o pretexto de regulamentar as movimentações previstas no artigo 93 do Regime Jurídico Único

(RJU), estabelece a possibilidade de alteração na lotação original do servidor, de modo "irrecusável" (artigo 3º), para atender a necessidade expressa de força de trabalho em outro órgão, mantendo salário e demais vantagens pessoais ou da carreira. Isso significa que, em vez de fazer concurso público para suprir as vagas abertas por aposentadoria, por exemplo, um órgão do Poder Executivo pode recompor sua força de traba-

lho através de remoção de servidores de outros órgãos de qualquer lugar do país, independente de anuência de seu órgão de origem e sem possibilidade de recusa por parte do servidor removido.

Banco de talentos e suposto convencimento de servidores

Para tentar dourar a pílula do grave ataque desferido contra os servidores,



o secretário de gestão de pessoas do MPDG, Augusto Chiba, deu várias entrevistas defendendo o suposto “avanço” que a portaria 193 representaria. Teceu conjecturas sobre a criação de um “banco de talentos” disponível para o país todo, que receberia currículos de servidores do Executivo e empregados de empresas públicas interessados em movimentação que melhor aproveitasse suas competências. Negou que o servidor possa ser forçadamente removido, dizendo que o termo “irrecusável”, constante no artigo 3, diz respeito ao órgão de origem, que não poderia tentar segurar o servidor que deseja a movimentação. Ainda segundo Chiba, caso seja detectado um “excesso de pessoal” em um órgão e carência em outro, o MPDG poderá fazer um “trabalho de convencimento” para suprir essa demanda.

A pergunta que resta é o que será dos servidores não “convencidos” a serem movimentados, diante de uma portaria de caráter mandatório, tanto para os órgãos de origem quanto para os servidores, como concluíram as assessorias jurídicas das entidades do Fonasefe e do Fonacate em reunião dois dias após a edição da portaria. Nessa mesma reunião, as assessorias jurídicas definiram a tática de não entrar com ação imediata contra a portaria de maneira coletiva, já que uma derrota judicial fortaleceria esse instrumento. O encaminhamento recomendado pelos dois fóruns é que se faça a denúncia pública do ataque que representa essa portaria, que seja tentada a via administrativa para evitar seus efeitos e, neste momento, só se entre na justiça em casos concretos de movimentação forçada de servidores para órgãos diversos de suas lotações originais.

Força-tarefa do judiciário contra o direito de greve dos servidores públicos

Outra ofensiva contra os nossos direitos, perpetrado em conjunto pelo judiciário e governo golpista, é a crescente restrição ao direito constitucional de greve. A sustentação deste ataque vem de uma interpretação acintosamente restritiva de deliberação recente do Supremo Tribunal Federal (STF) de que o desconto dos dias parados pode ser feito mesmo sem decisão judicial da ilegalidade da greve. Com a intenção clara de fazer desse possível desconto dos dias parados um instrumento de inviabilização da greve, a justiça federal tem determinado percentuais de presença de servidores que descaracterizariam o movimento, além de multas milionárias e impagáveis pelos sindicatos. Esse argumento tem sido utilizado para se tentar refrear o movimento dos trabalhadores diante de dias de paralisação ou mesmo de uma necessária greve por tempo indeterminado, quando a categoria assim delibera.

Ocorre que esse desconto não é automático, como propaga o governo, pois está sujeito a negociação e reposição dos dias parados e não pode ser feito caso haja quebra de acordo assinado por parte do governo. Se houver desconto, não haverá reposição, o que inviabilizaria o ano letivo, no caso dos servidores da educação. Assim, devemos resistir à tentativa de cerceamento do direito de greve, garantido aos servidores pela Constituição Federal de 1988.

Votação no STF de data-base dos servidores públicos e reposição das perdas inflacionárias

Neste momento o STF, ainda presidido pela ministra Cármen Lúcia, está



segurando a pauta do estabelecimento do direito à data-base para os servidores públicos, como já existe para os trabalhadores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e é preconizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). O Fonasefe e o Fonacate estão buscando fazer gestões junto ao próximo presidente do STF, ministro Dias Toffoli, bem como com outros interlocutores do movimento, com os ministros que ainda não votaram (Toffoli, Fachin, Lewandowski e Celso de Mello), para que seja pautado novamente esse ponto e haja uma decisão favorável, que garantiria a correção mínima das perdas inflacionárias. Tendo sido derrubada a proibição dos reajustes que constava no PLDO, em ação vitoriosa das lideranças sindicais no Congresso Nacional, a expectativa agora é fazer a luta unificada para pressionar os parlamentares, que podem estar mais “sensíveis” devido ao momento pré-eleitoral, e buscar arrancar reajustes para as categorias que não têm acordos vigentes. Se a decisão do STF for favorável aos servidores, aumenta a possibilidade desse movimento obter ganhos.

O Fonasefe e o Fonacate estão convocando um Dia Nacional de Luta com a pauta específica da data-base dos servidores para 12 de setembro, quando está marcada a posse do novo presidente do STF, ministro Dias Toffoli.

10 de agosto: Dia Nacional de Mobilização e Paralisações

Convocado pelas centrais sindicais, o dia 10 de agosto será um Dia Nacional de Mobilização e Paralisações, para o qual estamos sendo chamados a construir em todo o Brasil as mais diversas formas de luta: panfletagens, manifestações, aulas públicas e atos contra todos os ataques que a classe trabalhadora sofreu nesses últimos dois anos.

A EC 95, a Reforma Trabalhista, as terceirizações, as privatizações e a ameaça da Reforma da Previdência mostram o grau de reacionarismo deste governo. A consequência deste projeto são mais de 25 milhões de desempregados ou subempregados, levando uma parcela considerável do nosso povo a viver em situação de extrema miséria.

O dia 10 de agosto para nós, servidores públicos, deve ser construído como um dia de denúncia ao desmonte do Estado como consequência direta da EC 95 – aquela que denominamos como “PEC da Morte” quando lutávamos contra sua aprovação, em 2016.

Este Dia Nacional de Mobilização e Paralisações deve ser construído com a necessária discussão na nossa base em defesa da Rede Federal de Educação. Não podemos compactuar com essa ameaça de diminuição da assistência em educação prestada por nossas escolas à população brasileira.

Os Institutos Federais (IFs) deram sinais de enorme qualidade em seus serviços prestados. Qualquer indicador mostra que nossos resultados são excelentes. Portanto não é justo que o golpismo ameace a permanência do projeto educacional de maior sucesso no Brasil nos últimos anos.

Nossas bases, organizadas nos IFs, Cefets, Colégio Pedro II, Ines, IBC, colégios militares e servidores dos ex-territórios, devem fazer assembleias e discutir qual a melhor forma de participar das atividades do dia 10 de agosto.

Não podemos ficar de fora desta luta, que é tão necessária para nossa própria sobrevivência! Dia 10/08 é Dia de Luta e devemos participar com todas as nossas forças!



Educação e sociedade: o sindicato como educador

O SINASEFE retoma nesse semestre uma prática política importante para a categoria: a realização de Encontro Regionais. Serão reuniões dos trabalhadores da educação para debater os temas que estão na pauta cotidiana no chão de escola. Alguns desses temas são: a defesa da Rede Federal, a luta contra o Escola Sem Partido, as questões das carreiras, a Campanha Salarial, a luta pela defesa dos serviços públicos etc.

Antecedendo os Encontros Regionais, a pasta de Formação Política e Relações Sindicais oferecerá um curso com o tema Educação e Sociedade.

O objetivo do curso será apresentar o foco dos ataques que a educação pública vem sofrendo e as causas socioeconômicas determinantes, o avanço das posições dos capitalistas da educação tanto na mudança de legislação como na privatização de parcelas da educação pública. O curso também abordará as formas de resistência que os trabalhadores da educação podem utilizar para construir um polo de poder nos locais de trabalho.

Em breve divulgaremos a programação completa do curso e a bibliografia indicada para quem queira aprofundar os estudos, pois quem sabe mais, luta melhor!

Expediente



Esta é uma publicação do SINASEFE. É autorizada a reprodução total ou parcial do conteúdo, desde que citada a fonte.
Plantonistas responsáveis: David Lobão (Coordenação Geral), Magda Furtado (Pasta Jurídica e Relação de Trabalho) e Ricardo Velho (Pasta de Formação Política e Relações Sindicais)
Diretores de Comunicação: Lucrécia Iacovino e Michel Torres
Edição e revisão: Mário Júnior (MTE-AL 1374)
Design Gráfico: Flávia Destri Garcia
Contatos: dn@sinafe.org.br e imprensa@sinafe.org.br
Acesse nosso site: www.sinafe.org.br

Fale com o Sinafe
Fone:
(61)
21924050



Filiado à:

